



Divulgação

Furtado e Brossard no Conselho da República

O economista e ex-ministro do Planejamento Celso Furtado (E) e o jurista e ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal Paulo Brossard foram eleitos ontem representantes do Senado no Conselho da República

Página 3



Divulgação

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.745 - Brasília, quarta-feira, 23 de julho de 2003

Franco diz que autorizou depósitos para segurar dólar



Célio Azevedo

Célio Azevedo

DÚVIDAS Parlamentares questionam Gustavo Franco (foto menor) na reunião presidida por Antero

Ex-presidente do Banco Central afirma na CPI do Banestado que agiu com apoio da diretoria

A autorização assinada em 1996 para que cinco bancos de Foz do Iguaçu pudessem receber depósitos em espécie em contas CC-5 até o limite de R\$ 100 mil foi legal e visou evitar pressões sobre o dólar paralelo, segundo Gustavo Franco.

Páginas 4 e 5

Finanças de municípios preocupam senadores

Página 7

Ameaça de greve na Justiça causa apreensão

Página 8

Carro para deficiente pode ser isento de IPI

Página 6



Roosevelt Pinheiro

ALERTA Ana Júlia lembrou que empresa japonesa já patenteou o cupuaçu e o cupulate

Ana Júlia quer proteção à biodiversidade

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) alertou deputados e senadores para a urgente necessidade de elaborar legislação que proteja os produtos naturais brasileiros, impedindo que a biodiversidade genética nacional seja patenteada por estrangeiros.

O caso do cupuaçu, patenteado pela empresa Asahi Foods, do Japão, "é apenas o caso mais rumoroso", disse. Outros produtos, como o cupulate (chocolate de cupuaçu) – resultado de trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Pará –, também foram patenteados pela empresa japonesa.

Ana Júlia informou que o próprio presidente da República está inconformado com a patente japonesa sobre o cupuaçu. Luiz Inácio Lula da Silva, informou a senadora, determinou que o Brasil entre com questionamento na Organização Mundial do Comércio (OMC) para que seja devolvida a patente do cupuaçu para quem de fato tem direito a ela.

Agenda



Sarney toma café da manhã com base governista

O presidente do Senado, José Sarney, se reúne às 8h com o bloco de apoio ao governo no Senado (PT-PSB-PTB-PL), em conjunto com o PMDB e PPS, para café da manhã na residência

oficial. Às 10h30, Sarney recebe em audiência os presidentes das Federações e Associações de Prefeitos do Brasil e, às 11h, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto.

Proibição ao porte de armas será votada hoje pelo Plenário

Para votação do projeto que regulamenta a posse e o porte de armas (PLS nº 292/99), a sessão de hoje foi antecipada das

14h30 para as 11h. O Plenário deve também discutir o projeto que trata da emissão anual de atestado de pena a cumprir (PLC

nº 45/03) e o substitutivo ao PLC nº 14/02, sobre produção e certificações da agricultura orgânica.

CPI do Banestado se reúne às 18h

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que ouviu ontem o ex-presidente do Banco Central Gustavo

Franco, se reunirá a partir das 18h para votar requerimentos. A CPI mista é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).



Cláudio Fonteles será ouvido sobre reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje audiência pública com o

procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, para discutir a Proposta de Emenda à

Constituição nº 29, de 2000, que reforma o Poder Judiciário. A reunião se inicia às 9h30.



Mapa da exclusão social em exame na CAS

Três projetos constam da pauta de votações, hoje, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS): o que institui o mapa de exclusão social (PLC nº 49/03); o que determina que informações sobre licenciamento ambiental sejam divulgadas pela Internet (PLS nº 119/03); e o que propõe que portadores de deficiência e profissionais do transporte escolar possam adquirir automóveis isentos do IPI (PLC nº 50/2003). A reunião tem início às 9h.

Promotores falam a CPI

A comissão parlamentar de inquérito do Congresso que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes vai ouvir, reservadamente, a partir das 10h, os promotores Márcio Almeida, Hedel N. Ramos Júnior e Jorge Magno, do Ministério Público do Rio de Janeiro, e o delegado da Polícia Federal Marcelo Berttoluci.

Lançamentos de livros

Às 18h30, será lançado no Senado o livro *Matriz Energética Brasileira – Da Crise à Grande Esperança*, do ex-senador e governador de Sergipe, João Alves Filho. Às 19h, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lança a segunda edição do livro, de sua autoria, *Dona Iris, Histórias de Vida e de Política, Passeios Literários e Receitas para Cozinhar com Amor*.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Paim: aumento do IPI prejudica produtor

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), solicitou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a revogação de ato declaratório da Receita Federal que aumenta a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a uva e o vinho nacional. Segundo o senador, o reajuste variará de 10% a 700%.

O ato, disse, além de contrariar os interesses dos produtores nacionais, por resultar em reajuste dos preços, prejudicará o consumidor e também diminuirá a competitividade do vinho nacional.

– É aquela terrível espiral perversa de menor consumo, menor atividade econômica, menos empregos, menos impostos, menos investimentos.

Mão Santa pede reajuste da tabela do SUS

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu o reajuste das tabelas de pagamento aos hospitais e outras unidades conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme disse, dos 40% de reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para as operadoras de planos de saúde desde 1999, nada foi estendido aos prestadores.

O setor, argumentou, tem sofrido com o aumento dos custos de impostos e tarifas, além das despesas com compra e modernização de equipamentos. Para responder à necessidade de diminuição de custos, hospitais e clínicas têm optado pela desativação de leitos e até encerramento de atividades, alertou Mão Santa. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirmou, indicam a perda de 80 mil leitos na última década.



A uva e o vinho serão atingidos, segundo Paim



Mão Santa: hospitais sofrem com altos custos

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Valadares sugere a Lula repartir ônus da reforma

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou ontem o governo federal para a necessidade de repartir com os governos estaduais o ônus político das reformas previdenciária e tributária. Para Valadares, os governadores foram colocados em posição privilegiada, podendo exigir compensações na reforma tributária, caso se sintam prejudicados com as mudanças

previdenciárias. Segundo o parlamentar, apesar do espaço concedido nas reformas aos chefes de Executivos estaduais, alguns não teriam um voto sequer na Câmara e tampouco controlariam suas bancadas no Senado. Ele sugeriu que os governadores façam passar nas assembleias legislativas projetos restringindo direitos previdenciários. – Não sou contra os governado-

res, mas o fato é que o governo federal está como alguém num ambiente cheio de muriçocas: leva picadas de todos os lados – comparou. Valadares observou que muitos estados estão em má situação financeira em decorrência da venda de patrimônio e da implementação de projetos eleitorais. Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)

argumentou que nem todos os estados administraram mal seus recursos. Ele propôs que o governo compartilhe com os estados o resultado da arrecadação de contribuições como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ponte

Valadares anunciou ainda que apresentou requerimento solicitando providências ao



José Cruz

FORÇA POLÍTICA Valadares afirma que há governadores sem voto na Câmara

Ministério dos Transportes para que seja reparada ponte sobre o Rio Vaza Barris, em Sergipe.



Roosevelt Pinheiro

DISCUSSÃO Almeida Lima diz que recurso ampliaria debate sobre impressão do voto

Almeida Lima protesta contra fim de recurso

O senador Almeida Lima (PDT-SE) protestou ontem contra a retirada de quatro assinaturas de um recurso de sua autoria para que um projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) fosse votado pelo Plenário. Sem o recurso, a matéria foi enviada diretamente ao exame da Câmara. Trata-se de proposta que acaba com a impressão, em papel, do voto eletrônico.

Contrário à eliminação da impressora em papel, ele disse que o recurso permitiria maior debate sobre o assunto no Plenário do Senado. Almeida Lima observou que a impressão do voto em papel pode garantir a impossibilidade de fraude eleitoral, especialmente numa recontagem de votos. Para que o projeto passasse pelo Plenário, havia necessidade de nove assinaturas e ele conseguiu 12. Mas tarde, no entanto, ficou sabendo que quatro senadores retiraram suas assinaturas.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor da iniciativa, afirmou que o projeto elimina apenas a impressão em papel, “não a impressão por meio eletrônico”, dentro da própria urna.

Conselho da República terá Brossard e Furtado

Jurista e economista vão compor colegiado, durante três anos, como representantes do Senado Federal

O Plenário elegeu ontem, para representar o Senado no Conselho da República, o jurista, ex-senador e ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal Paulo Brossard, e o economista, ex-ministro do Planejamento e ex-superintendente da Sudene Celso Furtado. De acordo com a Constituição, a Casa tem direito a eleger dois cidadãos como seus representantes no colegiado, para um mandato de três anos.

O Senado aprovou também a indicação dos diplomatas Francisco Soares Alvim Neto e Paulo Dyrceu Pinheiro para os cargos de embaixadores brasileiros na Costa Rica e na República Democrática de São Tomé e Príncipe, respectivamente. Também foi acolhida a indicação de Luís Alberto Esteves Scaloppe para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Ainda foram aprovados dois



Roosevelt Pinheiro

DECISÕES Plenário também aprovou ontem acordos e embaixadores

acordos internacionais firmados entre o governo brasileiro e as Repúblicas do Chile e da África do Sul. O acordo com o Chile se destina a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto de Renda de residentes em um ou nos dois países. A convenção prevê que o ato também se aplica aos impostos de natureza idêntica que venham a ser criados, além de estabelecer regras para pagamento de juros e *royalties*, tributação sobre ganhos de capital e rendimentos profissionais.

O acordo com a África do Sul

trata de cooperação técnica, com ênfase no desenvolvimento econômico sustentável, abrangendo agricultura, educação, energia, indústria, meio ambiente e recursos naturais, mineração, micro e pequenas empresas, saúde, transporte, comunicações, navegação, turismo e privatização. Essa cooperação se dará conforme programas setoriais específicos, projetos e ações preestabelecidos. No momento oportuno, cada país identificará os ministérios do governo responsáveis pelos vários campos de cooperação listados no acordo.

▼ Colegiado debate questões relevantes

De acordo com o Artigo 89 da Constituição, o Conselho da República é órgão superior de consulta do presidente da República, que também poderá convocar ministro de Estado para participar das reuniões do colegiado, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo ministério. Os conselheiros são convocados a pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, e ainda outras questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

Participam do Conselho da República:

- o vice-presidente da República;
- o presidente da Câmara dos Deputados;
- o presidente do Senado Federal;
- os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;
- os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;
- o ministro da Justiça;
- seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, sendo dois eleitos pelo Senado e dois pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

Iris de Araújo quer revisão do acordo com FMI

Apesar da confiança depositada no presidente Luiz Inácio Lula da Silva por milhões de brasileiros, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lembrou em Plenário que a população aguarda ações concretas do atual governo, “que precisa agir dentro da lei e garantir a democracia tão duramente reconquistada”.

– O que se conseguiria com a radicalização? Apenas mais violência, mais sofrimento, mais injustiça – advertiu, conclamando todos a aderirem ao aprendizado da negociação e, até mesmo, da renúncia.

Revisão

Lembrando que a gestora já provou que sabe honrar contratos e pagar dívidas, Iris de Araújo defendeu uma revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ela explicou que a iniciativa teria o objetivo de reforçar os investimentos em infra-estrutura, considerados pelo FMI como gastos, e não como meio para alavancar a produção e gerar emprego.

Iris é a favor de novo padrão de gestão econômica, que passe pela repartição das riquezas. Em aparte, ela foi apoiada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).



Roosevelt Pinheiro

INVESTIMENTOS Iris lembra necessidade de aumentar a produção e gerar emprego

CPI DO BANESTADO

Ex-presidente do Banco Central faz retrospecto da política cambial para justificar liberação de depósitos em espécie nas contas CC-5, que teria propiciado operações irregulares

Franco diz que agiu com aval da diretoria

Em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, ontem, o ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Franco afirmou que a autorização a cinco bancos de Foz do Iguaçu (PR) para receberem depósitos em espécie em contas CC-5 até o limite de R\$ 100 mil foi dada com a delegação expressa da diretoria do BC. A autorização, assinada por ele em 1996, quando era diretor da Área Internacional da instituição, seria fruto de voto aprovado em reunião da direção do BC.

Dessa forma, Gustavo Franco rebateu os argumentos apresentados pelo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Motta, de que a autorização assinada por ele e pelo então chefe do Departamento de Câmbio do BC, José Maria Carvalho, seria "ilícita e ilegal". A afirmação de Motta foi feita na semana passada, também em depoimento à CPI.

Ao fazer um retrospecto da decisão, Franco afirmou que em 1996 elaborou uma Carta Circular (nº 2.677) com o objetivo de reduzir o ágio entre o dólar paralelo e o oficial. Porém, por excesso de rigor, os bancos paraguaios não mais puderam fazer depósitos em

bancos brasileiros em Foz. Com isso os comerciantes paraguaios passaram a exigir dólares dos consumidores brasileiros, o que elevou a pressão sobre o dólar paralelo.

Autorização especial

Diante dessa realidade, ele decidiu aprovar a autorização especial que liberou depósitos em espécie em contas CC-5 para cinco bancos com agências em Foz, até o limite de R\$ 100 mil. As instituições eram o Banco do Brasil, Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), Banco Rural, Banestado e Araucária, este já extinto.

– Caso o ministro Adylson Motta tivesse sido informado de maneira diferente, teria formado opinião diferente. Os termos desse voto praticamente resolvem o assunto – disse.

Franco apresentou à CPI a decisão da diretoria do BC de que o Departamento de Câmbio, uma vez ouvida a diretoria da Área Internacional, poderia, excepcionalmente, autorizar operações com contas CC-5 distintas das previstas em circular. Segundo Franco, o Estatuto do BC dá poderes ao diretor para decidir dessa forma, informando mais tarde o ato à diretoria. A respectiva comunicação também foi apresentada



Célio Azevedo

DIFERENÇA Gustavo Franco afirmou à CPI que é preciso evitar confusão entre remessa e evasão

por ele à CPI.

Parecer

Franco registrou que parecer de auditor do TCU de setembro de 2002 – sobre recurso apresentado por ele e Carvalho em relação à decisão que considerou a autorização ilegal e os condenou a pagar multa – acatou os seus argumentos, reconhecendo a competência de ambos para praticar o ato na forma adotada.

O ex-presidente do BC rechaçou a afirmação de que teria sido dispensada a identificação dos depósitos nas contas CC-5 dos cinco bancos de Foz. Ponderou que é temerário dizer que todas as saídas de recursos via contas CC-5 tenham sido fraudulentas e que é difícil precisar o valor das movimentações irregulares. Nesse sentido, revelou que foi o BC que, em primeiro lugar, investigou as

contas CC-5 e encaminhou denúncias que deram origem a investigações do Ministério Público, da Polícia Federal, da Receita Federal e da CPI.

– É preciso evitar confusão entre remessa e evasão. Evasão é crime, é a remessa fraudada, ilegítima, fora de estabelecimento autorizado a operar. A remessa via contas CC-5 era regular – frisou o ex-presidente do Banco Central.

Relator estranha atraso no envio de documento

O voto da diretoria do Banco Central que respaldou as autorizações especiais para transporte de valores em carros-fortes pela Ponte da Amizade, que liga a cidade paranaense de Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai, não foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) na época em que a auditoria foi iniciada por esse tribunal, em 1998.

A constatação foi feita pelo relator da CPI do Banestado, deputado José Mentor (PT-SP), a partir das informações prestadas pelo ex-presidente do BC Gustavo Franco, que reconheceu a falha. Mentor estranhou que o documento só tenha sido enviado ao TCU três anos depois de sua solicitação.

– O setor jurídico do BC não deve ter visto o voto e preparou

a defesa com base no regimento interno do banco – declarou Franco, acrescentando que os maiores prejudicados foram ele e o chefe do Departamento de Câmbio do BC, José Maria de Carvalho.

O ex-presidente do BC reconheceu que a utilização das contas CC-5 pode permitir remessas fraudulentas. Mas discordou do relator de que essas contas tenham facilitado a atuação de doleiros de outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, que aproveitaram a excepcionalidade admitida em Foz do Iguaçu.

– O doleiro que remeteu R\$ 1 bilhão só pode ser identificado pela CC-5 – disse, acrescentando que esse sistema permitiu identificar a evasão de divisas.

Ex-presidente nega falha do BC

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco negou que o banco tenha dificultado o acesso dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) às informações sobre um esquema ilegal de evasão de divisas por agências bancárias de Foz do Iguaçu, com a utilização de contas CC-5. A afirmação foi feita por Franco em resposta ao deputado Edison Andrino (PMDB-SC), que relatou reclamações dessa natureza proferidas na semana passada pelo ministro do TCU Adylson Motta, relator do processo de auditoria no tribunal.

– Nunca existiu má vontade em atender às solicitações do TCU. O que ocorria e ocorre até hoje é um impedimento legal de fornecer dados sobre pessoas protegidas pelo sigilo bancário. Na verdade, o BC procurou formas criativas para não ca-

racterizar a quebra de sigilo, como a utilização de codinomes, e isso muitas vezes não satisfaz as necessidades ou ansiedades dos integrantes do tribunal – disse Gustavo Franco.

Em resposta ao deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), o ex-presidente do BC afirmou que as operações de Foz do Iguaçu com destino a paraísos fiscais chamaram a atenção da instituição, mas não puderam, naquele momento, ser vistas como impedimento para uso das contas CC-5. Ele também discordou da possibilidade de o banco ter falhado em não ver como contravenção as operações desse tipo naquela cidade.

– O BC fez uma norma pensando em pessoas de bem. Não é porque uma pessoa vem agindo errado com base em uma norma que essa norma está errada. Também tenho uma cer-

ta resistência em aceitar números tão elevados de evasão como os que vêm sendo levantados por esta comissão – frisou.

Novo parecer

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) informou que o TCU já tem um novo parecer, do jurista Lucas Furtado, em que esse argumenta contra o pedido de revisão da multa aplicada a Franco. No relatório, disse Miranda, o jurista afirma que a instituição das contas CC-5 facilitou a instalação de um esquema fraudulento de evasão de divisas e considera que o ex-presidente do BC deve ser responsabilizado.

Franco respondeu que discorda da ideia de imputar culpa ao dirigente de um sistema se algo irregular ou ilegal for realizado com utilização de mecanismo legal desse mesmo sistema.

CPI DO BANESTADO

Depoimento do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco questiona atuação da Receita Federal nas fronteiras

Receita e BC podem ter acareação

Requerimento para realizar uma acareação entre os representantes da Receita Federal e do Banco Central que estiveram envolvidos nas autorizações especiais de remessas pelas contas CC-5 em Foz do Iguaçu, proposto inicialmente pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), obteve apoio dos líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), ao final da primeira parte da reunião da CPI do Banestado, realizada ontem.

O pedido, que deverá ser formalizado e votado pelos integrantes da CPI, poderá incluir solicitação da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para que sejam ouvidos, na mesma oportunidade, policiais federais que atuaram e estão atuando na iden-



SEM CONTROLE Parlamentares da CPI ouvem ex-presidente do Banco Central dizer que não se podem quantificar remessas ilegais

tificação das irregularidades ocorridas pelas contas CC-5.

O depoimento do ex-presidente do BC Gustavo Franco não esclareceu os integrantes da CPI sobre a confusão nor-

mativa que acabou resultando na falta de fiscalização dos carros-fortes que atravessavam a fronteira em Foz do Iguaçu transportando reais depositados em Ciudad del Este, no

Paraguai. No questionamento feito pelo relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), Franco disse que o BC não dispensou a identificação das operações acima de US\$ 10 mil, mas não conseguiu comprovar como isso era feito pelos bancos na declaração expedida pela Receita.

Franco disse que a vistoria nas aduanas brasileiras é feita por amostragem, não excedendo a 10% da movimentação de mercadorias e valores. Segundo ele, não é possível quantificar se as movimentações irregulares por Foz do Iguaçu chegaram a US\$ 30 bilhões: "Sabemos que o movimento cambial na região é grande. Mas os registros de importação por Foz do Iguaçu não existem".



ORDEM PÚBLICA Mercadante sugere identificação de policiais durante manifestações

Câmara recebe projeto de Mercadante

Foi enviado ontem à Câmara dos Deputados projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que torna obrigatória a identificação de policiais quando estiverem em operações de controle e manutenção da ordem pública. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no último dia 9, na forma de substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Segundo Demostenes, as alterações de sua autoria têm como objetivo garantir a operacionalidade das investigações policiais e operações de inteligência que requerem a garantia do sigilo.

O projeto enviado à Câmara, de nº 123/2003, obriga o uso do uniforme padrão com identificação pessoal nas operações de controle e manutenção da ordem pública e no policiamento ostensivo. Só não é obrigatório o uso do uniforme em atividades da polícia judiciária e administrativa ou em investigações que exijam sigilo.

A proposta ainda estipula a filmagem dessas operações, para avaliar a atuação dos policiais. As fitas com o conteúdo das operações devem ser encaminhadas à corregedoria ou à ouvidoria do órgão responsável pelo planejamento e direção da ação policial. O projeto integra a pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Segundo Mercadante, a idéia do projeto surgiu quando participou de reunião sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) no Canadá. Ele afirmou que assistiu a vários conflitos entre manifestantes e policiais e que, como os agentes portavam identificações visíveis e toda a operação foi filmada, não foram registrados quaisquer excessos durante a ação policial.

Comissão vai aos EUA em busca de dados

Com o objetivo de obter informações referentes à quebra de sigilo bancário de contas da agência do Banestado em Nova York, um grupo formado por parlamentares da CPI irá até agosto aos Estados Unidos para demonstrar às autoridades daquele país a importância desses dados para as investigações sobre a remessa irregular de recursos. O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), anunciou ontem que o grupo será acompanhado por membros do Ministério da Justiça, do Ministério Público e da Polícia Federal.

Antero informou que as instituições responsáveis pela área financeira nos Estados Unidos já prepararam a documentação referente à quebra de sigilo de nove das 25 contas sobre as quais há maiores indícios de evasão de recursos. As autoridades norte-americanas esperam apenas que as autoridades brasileiras prestem informações necessárias.

Conforme Antero, os documentos obtidos junto ao Banco Itaú (que adquiriu o Banestado) sobre as contas do Banestado em Nova York serão trazidos de Curitiba a Brasília, onde poderão ser analisados pelos parlamentares da comissão.

Parlamentares expressam dúvidas

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco afirmou, respondendo ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), que a tradição de atuação em Foz do Iguaçu foi o critério adotado pelo BC para atendimento aos pedidos dos bancos de autorização para movimentar valores para o exterior por meio das contas CC-5.

Simon lastimou a atuação do Banco Central no episódio, citando o montante remetido ilegalmente para o exterior no período sob investigação da CPI, de US\$ 30 a US\$ 80 bilhões. O senador apresentou requerimento em que solicita cópias dos processos que originaram as autorizações para utilização das contas CC-5 para os cinco bancos sob investigação da CPI.

Também o deputado Moroni



Pedro Simon lastima atuação do Banco Central no episódio



Romeu Tuma: primeiras denúncias foram feitas por CPI

Torgan (PFL-CE) tratou do voto, informando a necessidade de realização de uma perícia nos documentos encaminhados até o momento à CPI. Ele observou que existem cópias de dois votos, um constante do processo do TCU e outro distribuído durante a reunião por Gustavo Franco.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) questionou a publicidade do voto, notando que foi muito

rápida a reação dos bancos interessados. Ideli criticou também a decisão do Banco Central de utilizar um mecanismo que elevou enormemente a evasão de divisas (as contas CC-5), sob a alegação de que serviria para combater o dólar paralelo.

Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que, ao contrário do que afirmou o ex-presidente

do BC, as primeiras denúncias sobre evasão de divisas por meio de contas CC-5 não foram feitas por aquela instituição, mas sim pela CPI dos Precatórios. Já os senadores Sérgio Guerra (PE) e Tasso Jereissati (CE), ambos do PSDB, elogiaram a autoridade e honestidade com que Gustavo Franco atuou no episódio das contas CC-5 e a maneira direta com que respondeu às indagações.

Comissão examina requerimentos hoje

O presidente da CPI do Banestado, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), comunicou a realização de reunião, às 18h de hoje, destinada ao exame de requerimentos. Antero disse que pretende votar todos os requerimentos na ordem em que foram apresentados nas reuniões da CPI.

Um dos requerimentos foi

apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele solicita que a CPI convoque o atual presidente do Banco de Boston no Brasil, Geraldo Carbone, para que esclareça os parlamentares se o banco presta qualquer tipo de serviço aos seus clientes que acabe resultando em operações que causem a evasão de divisas.

– Se ficar patenteado que o Banco de Boston presta esse tipo de serviço, então Henrique Meirelles, atual presidente do Banco Central, que presidiu o Banco de Boston, deve ser demitido imediatamente para evitar que ele seja questionado no futuro, a exemplo do que ocorre hoje com Gustavo Franco – disse Virgílio.

Portador de deficiência pode ter isenção do IPI

Projeto aprovado beneficia ainda profissionais que atuam na área de transporte escolar

Portadores de deficiência física e profissionais que atuam na área do transporte escolar poderão adquirir automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A possibilidade está prevista em projeto de lei da Câmara que recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e se-

gue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O parecer, elaborado pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), restabelece a isenção também para veículos a gasolina comprados por deficientes. Segundo observou, não há disponibilidade no mercado de automóvel nacional equipado com câmbio automático e movido a álcool ou com sistema reversível de combustão, como determina o projeto.

O senador destacou que a modificação introduzida pela Lei nº 10.690/03, que estendeu a isenção do IPI aos portadores de deficiência visual, mental

severa ou profunda e aos autistas, foi "prejudicada pela sujeição à regra geral que limita o benefício à aquisição de automóveis movidos a álcool ou sistema reversível de combustão".

A proposta foi acolhida com emenda supressiva de autoria do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) retirando do texto original dispositivo que também isentava do IPI os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas com dispositivos de propulsão elétrica, eletrônico ou manual. Ele argumentou que a lei já estabelece alíquota zero para esses casos.



ABRANGÊNCIA Decisão da CAE, presidida por Ramez Tebet, também inclui veículo nacional a gasolina

Fotos: José Cruz



SABATINA Alberto Scaloppe, tendo ao lado Paulo Octávio, responde a perguntas dos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos

Scaloppe quer ofensiva contra formação de cartel

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável à mensagem de indicação de Luiz Alberto Esteves Scaloppe para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O relator da mensagem, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), elogiou a escolha de Scaloppe, cujo nome será submetido agora à deliberação do Plenário do Senado.

Em sua exposição, Scaloppe afirmou que se sentia "enobrecido pela indicação" e destacou a necessidade de o Cade contar com especialistas em Direito Penal, para combater os cartéis.

Durante a sabatina, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o indicado sobre o papel do Cade na economia brasileira. Scaloppe respondeu que "foi o amadurecimento da

economia nacional que tornou o colegiado importante para o país". Depois de declarar que "este é o momento de o Brasil organizar setores do conselho, como a formação de seus quadros", ele disse que o Cade está preparado para exercer, com independência, suas funções.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) procurou saber a opinião do indicado sobre a oligopolização da economia brasileira. Scaloppe afirmou que não é fácil apurar o abuso de poder, em razão da dificuldade de se constatar se uma companhia tomou o mercado por sua eficiência ou por excesso de poder econômico. "O interpretador deve fazer uma avaliação racional de acordo com o contexto", observou. Os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) parabenizaram o indicado.

Bahia pleiteia crédito para área de saúde

Parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) favorável à mensagem presidencial que autoriza o governo da Bahia a contratar operação de crédito no valor de US\$ 30 milhões, com o Banco Mundial, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O dinheiro se destina ao financiamento parcial da primeira fase do projeto de reorganização do sistema estadual de saúde.

Jereissati observou, tomando por base informações da Secretaria do Tesouro Nacional, que o custo total do projeto de reorganização do sistema de saúde da Bahia, nessa primeira



MODERNIZAÇÃO Parecer favorável a operação para reestruturar setor de saúde foi elaborado por Jereissati (segundo à esquerda)

fase, está estimado em US\$ 50 milhões, sendo que US\$ 20 milhões serão aportados pelo governo baiano.

A pedido do senador César Borges (PFL-BA), os membros

da CAE aprovaram urgência para a matéria, que deverá ser votada em Plenário até o dia 31 de julho, data em que se encerra a convocação extraordinária do Congresso Nacional.

CAE aprova empréstimo para o Ceará

Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também aprovou parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável ao projeto de resolução que permite o redirecionamento de recursos da União para investimentos no Ceará e aquisição de imóveis a serem utilizados pelo metrô de Fortaleza. A pedido do autor, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a matéria tramitará com urgência. Azeredo afirmou que a resolução não entra em conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apresentou parecer favorável ao projeto da Câmara



LEGALIDADE Azeredo observa que projeto não contraria Lei de Responsabilidade Fiscal

que institui auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Como foi concedida vista a Almeida Lima (PDT-SE), a matéria será examinada na próxima reunião.



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICA Para Efraim, governo Lula "desdenha" o movimento dos funcionários públicos

Efraim cobra respeito à greve dos servidores

O líder do bloco da minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), criticou o presidente da República e o governo, que, na sua opinião, estão tratando com descaso a greve dos servidores públicos. De acordo com o senador, Luiz Inácio Lula da Silva "desdenha a movimentação do funcionalismo público em defesa de seus direitos" ao afirmar, segundo a imprensa, que "a greve não atrapalha as reformas, não prejudica o governo e nem a votação".

– Devo informar ao presidente que a greve prejudica, e muito, o governo – disse.

Para o senador, o Estado não pode prescindir do funcionalismo público, nem de seu corpo administrativo especializado. "Espaços nacionais sem um Estado constituído desintegram-se no caos. E não existe Estado sem um eficiente corpo de servidores", ressaltou.

Efraim acrescentou que mesmo as propostas mais liberais de redução do tamanho do Estado respeitam a existência de uma série de funções e atribuições públicas que devem ter continuidade, "e certamente implicam a existência, profissionalização e valorização do servidor público de carreira". Segundo ele, deve haver a valorização do serviço público, com a formação de um corpo técnico profissional que não seja recrutado pelo simples alinhamento partidário, mas sim pela capacidade técnica e habilidade gerencial.

Homenagem

Efraim Morais homenageou a memória do jornalista, escritor e ex-deputado estadual Jório de Lima Machado, que morreu segunda-feira no Hospital Antônio Targino, em Campina Grande (PB). O falecimento, em decorrência de parada cardiorrespiratória, ocorreu após acidente de carro.

Hélio Costa reivindica mais verbas para os municípios

■ Conforme o senador, reforma tributária deve permitir melhor repartição do "bolo arrecadatório do país"

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) reivindicou ontem mais verbas para socorrer os municípios em situação financeira precária. Para ele, a discussão da reforma tributária representa a ocasião ideal para repartir melhor o "bolo arrecadatório do país", destinando parcela da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os municípios.

A constante queda nos repasses do Tesouro para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme o senador, tem levado centenas de prefeituras a anunciar moratória a seus fornecedores, além de reduzir o expediente, paralisar



Roosevelt Pinheiro

REPASSES Hélio Costa lembrou que apenas 13% dos impostos vão para os municípios

obras e cortar serviços públicos essenciais.

O senador lembrou que 63% da arrecadação de impostos ficam com a União, 24% são destinados aos estados e apenas 13% vão para os municípios. Neste momento, informou, muitos prefeitos estão em Brasília para pedir mais verbas para suas cidades.

Segundo Hélio Costa, o FPM vem diminuindo paulatinamente desde o ano passado em função da queda da atividade

industrial do país: passou, entre maio e julho deste ano, de R\$ 1,7 bilhão ao mês para cerca de R\$ 1,2 bilhão. Essa constante perda de receitas afeta a maior parte dos municípios, alertou, pondo em risco serviços básicos para a população, uma vez que eles têm arrecadação insignificante do Imposto sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Hélio Costa apelou aos prefeitos para que solicitem ao relator da reforma tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), a revisão do quadro de repartição de receitas.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse haver "algo muito errado" na distribuição de impostos entre União, estados e municípios. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que os municípios também deveriam receber parcela da arrecadação das contribuições federais e não somente da arrecadação de impostos.

▼ Arrecadação municipal foi de R\$ 20,6 bi em 2002

Em 2002 os municípios brasileiros arrecadaram R\$ 20,6 bilhões em impostos e taxas, o que representa um crescimento real de 6,4% em relação ao ano anterior. Se comparado com os impostos administrados pela União, o crescimento foi pequeno. No ano passado, os tributos federais permitiram à União um aumento de 9,4% na arrecadação de impostos como o de Renda (IR) e o sobre Produtos Industrializados (IPI). Isso ocorre porque nos últimos anos o governo federal tem criado tributos, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), ou alterado a alíquota de outros já existentes, como a

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que passou de 0,30% para 0,38%. Como essas receitas não são compartilhadas com estados e municípios, o resultado é que a arrecadação da União distanciou-se cada vez mais das demais.

É para reverter essa tendência que os prefeitos reivindicam participação maior na arrecadação do governo federal, com a transferência, por exemplo, de parte da CPMF ou da Cide para os municípios. Além disso, os municípios arrecadam pouco em relação às suas receitas próprias e por isso dependem tanto das transferências da União.

Osmar pede reforma tributária justa

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou em Plenário que a proposta de reforma tributária não pode impor mais restrições financeiras aos municípios. No seu ponto de vista, a negociação em torno da proposta está sendo feita "ao gosto dos governadores", mas os estados "não podem nem devem" isolar os prefeitos do debate.

Conforme observou, os municípios vêm assumindo cada vez mais obrigações sem ter como contrapartida o aumento de receitas.

– É hora de consertar esse equívoco na reforma tributária – sustentou, lembrando que os

municípios só têm direito a 13% dos impostos arrecadados pela União.

Osmar Dias informou que os municípios enfrentaram queda de 10% nos repasses do Tesouro Nacional para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e aumento nos gastos com transporte escolar, que vem consumindo cerca de 7% do orçamento municipal.

– Queremos uma reforma tributária justa, que restabeleça a autonomia e a força necessária para os municípios cumprirem os compromissos assumidos diante da população – defendeu, adiantando sua intenção



Roosevelt Pinheiro

VERBAS Mudanças devem garantir mais recursos para os municípios, afirma Osmar Dias

de apresentar emendas à proposta em tramitação no Congresso Nacional.



Célio Azevedo

MOBILIZAÇÃO Prefeitos vieram a Brasília em busca de solução, segundo Fernando Bezerra

Queda no FPM é preocupante, diz Bezerra

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) manifestou preocupação com a situação de centenas de pequenos municípios, especialmente os nordestinos, com a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). – Prefeitos de todo o país desembarcaram em Brasília, hoje, para discutir e avaliar a possibilidade de que venha a ter, por parte do governo, uma solução em face da queda gradual do repasse do FPM nos últimos três meses – anunciou.

De acordo com o senador, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios já havia solicitado audiências com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e com o chefe da Casa Civil, José Dirceu. Fernando Bezerra afirmou que muitos municípios anunciaram moratória aos seus fornecedores, pelo menos nos próximos 60 dias.

– Sem recursos, muitos prefeitos reduziram o expediente na administração municipal – assinalou.

Segundo Fernando Bezerra, a queda acumulada do FPM está estimada em 43%, entre maio e julho deste ano, afetando municípios pobres que dependem do repasse mensal para prestarem serviços à população. Conforme o senador, a discussão sobre a divisão do bolo tributário entre a União, os estados e os municípios será inevitável quando a reforma tributária chegar ao Senado. Fernando Bezerra também se solidarizou com os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM), que registraram tratamento politicamente discriminatório por parte do Itamaraty em relação ao embaixador César Amaral.

Senadores apelam para que juízes desistam de fazer greve

A ameaça de greve da magistratura por inconformidade com a proposta de reforma da Previdência defendida pelo governo federal motivou pronunciamentos de três senadores durante a sessão de ontem. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, solidarizou-se com as preocupações dos juízes, mas disse não poder concordar com a idéia de paralisação.

Jefferson Péres, líder do PDT, condenou “de forma veemente” a iniciativa de greve, considerando-a inconstitucional.

Já a senadora Ideli Salvatti citou reportagem indicando uma suposta ameaça da Justiça de prejudicar o governo em causas ainda não julgadas. “Se isso for verdade, significa uma afronta ao Estado brasileiro”, afirmou.

ARTHUR VIRGÍLIO



Precedente não ajuda a democracia

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pediu aos juízes que não entrem em greve, ponderando que a magistratura é uma carreira de Estado. Virgílio se solidarizou com os juízes e disse entender que eles se preocupam com a magistratura a longo prazo, temendo ficar numa situação fragilizada para o cumprimento de sua missão.

– Não abram esse precedente, que não é construtivo para a democracia. Não posso estar de acordo com a idéia da greve por entender que ficaria muito tênue a linha entre a mazorca e a ordem jurídica constitucional. É um princípio de anarquia que a gente não sabe se teria cobro a médio prazo – afirmou.

Ele criticou a “confusão” e “falta de sensibilidade” do governo em relação “ao que seja carreira típica de Estado”, sustentando que a magistratura deve ter tratamento diferenciado.

Itamaraty

Arthur Virgílio denunciou que o Itamaraty vem promovendo perseguição política e exigindo dos diplomatas “engajamento político” com o governo. Ele citou o diplomata César Amaral, que trabalhou como assessor no Palácio do Planalto no governo Fernando Henrique Cardoso. Amaral não recebe posto no exterior e está sem designação funcional no país, “sendo espezinado e humilhado”, declarou Virgílio.

O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), manifestou solidariedade ao diplomata César Amaral.

JEFFERSON PÉRES

Ameaça de paralisação é um grave equívoco

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) condenou ontem a anunciada greve dos magistrados, que considera um “grave equívoco” e completamente inconstitucional, esteja a reforma da Previdência proposta pelo governo correta ou não.

– Os magistrados representam um dos Poderes da República. Seria o mesmo que o presidente da República, governadores ou prefeitos, e senadores, deputados estaduais e vereadores decretarem greve, um absurdo – disse.

Jefferson observou que tem autoridade para falar porque vem de uma família de magistrados e, mesmo admitindo que o governo possa ter errado na condução do processo, não pode conceber que juízes decretem greve.

– Essa atitude absurda retira da magistratura, do Judiciário, a isenção necessária para julgar se uma greve é ilegal, a própria legitimidade do poder fica comprometida – argumentou.

Ele disse condenar de forma veemente a greve dos juízes, assim como condena invasões de propriedade privada, “ilegalidades cometidas pelos MST e movimentos dos sem-teto da vida”.

– Não posso silenciar diante de ilegalidades, cometidas por quem quer que seja – declarou o senador.

Jefferson apelou aos juízes para que ouçam a advertência do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, pensem bem, “e não perpetrem o movimento paredista anunciado”.



IDELI SALVATTI



Judiciário já foi bastante atendido

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protestou contra a postura assumida pelos juízes brasileiros em face da reforma da Previdência. Ideli citou especificamente matéria jornalística dando conta de uma suposta ameaça da Justiça de prejudicar o governo em causas ainda não julgadas se os direitos previdenciários dos juízes forem mudados.

Reportagem do *Jornal do Brasil* afirma que, durante as negociações em torno da reforma, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, teria apresentado ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, uma “conta” – o valor de R\$ 3 bilhões em ações em andamento nos tribunais superiores que poderiam prejudicar o governo. Conforme a matéria, a apresentação desse número teria soado como ameaça de que os membros dos tribunais poderiam votar contra o governo.

– O Judiciário já foi bastante atendido com as mudanças no projeto de reforma da Previdência. Se for verdade essa ameaça, significa uma afronta ao Estado brasileiro. Isso merece investigação do Congresso – afirmou Ideli.

Liminares

A senadora também abordou a denúncia de que haveria uma indústria de liminares para beneficiar distribuidoras de combustíveis. Segundo ela, é grave o fato de que os juízes possam estar facilitando a sonegação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelas distribuidoras.



REPRESENTAÇÃO Augusto Botelho quer “acolher os anseios e as angústias dos roraimenses” em sua ação parlamentar

Augusto Botelho estréia na tribuna falando de Roraima

Ao proferir seu discurso inaugural, ontem, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) registrou um pouco da história, potencialidades econômicas e desafios ao desenvolvimento de Roraima. Sem nunca haver ocupado outro cargo eletivo, ele afirmou que vai procurar “acolher e colocar os anseios e as angústias dos roraimenses” em sua atuação.

Inicialmente, Augusto Botelho fez uma radiografia socioeconômica de Roraima. Com 346.871 habitantes distribuídos por 15 municípios, sua elevação de território federal a estado ocorreu com a Constituição de 1988.

Segundo o senador, a economia de Roraima está baseada na produção agropecuária, no extrativismo e na mineração. Entretanto, há participação também no setor industrial, no turismo e no comércio internacional.

Se a “riqueza natural do estado abre importantes portas para os negócios”, Augusto admite não ser possível ignorar os problemas vivenciados pelos roraimenses. A falta de titulação das terras, “que inibe a entrada de capital produtivo”, estaria na linha de frente.

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Almeida Lima (PDT-SE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) saudaram Augusto Botelho em seu discurso de estréia no Senado.

Senado manifesta pesar pela morte de Gouveia Vieira

Por requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), o Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento do empresário carioca João Pedro Gouveia Vieira, ocorrido segunda-feira no Rio de Janeiro.

Ao encaminhar seu requerimento, Saturnino lembrou a atuação firme de Gouveia Vieira, um dos fundadores da empresa Ipiranga, no setor de petróleo e infra-estrutura, durante o governo de Getúlio Vargas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Leonel Pavan e Luiz Otávio